



MARINHA DO BRASIL
ESCOLA DE APRENDIZES-MARINHEIROS DE PERNAMBUCO
NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 63133.001669/2024-17

1. OBJETO

1.1 Credenciamento de Organizações Civas de Saúde (OCS), localizadas nos Estados de **Pernambuco, Paraíba e Alagoas**, interessadas na prestação de serviços de Atenção Especializada em habilitação/reabilitação Física, Intelectual, Auditiva, Visual, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Múltiplas Deficiências à pessoa com deficiência, com vistas a COMPLEMENTAR os serviços especializados das Organizações Militares de Saúde (OMS), de acordo com as condições vigentes nos arts. 74 e 79 da Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto nº 11.878, de 2024 e conforme preceitua o inciso II, do art. 20, do Decreto nº 92.512/1986.

1.2 As Organizações Civas de Saúde (OCS) deverão apresentar equipes multiprofissionais, compostas por diversas especialidades como, por exemplo: **FISIOTERAPIA MOTORA E RESPIRATÓRIA, FONOAUDIOLOGIA, PSICOLOGIA, PSICOMOTRICIDADE, PSICOPEDAGOGIA, PEDAGOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL, MUSICOTERAPIA, EQUOTERAPIA, HIDROTERAPIA**, dentre outras, além de oficinas **TERAPÊUTICAS E PEDAGÓGICAS**.

2. PÚBLICO-ALVO A QUE SE DESTINA O ATENDIMENTO

2.1 O público-alvo a que se destina o atendimento são os dependentes de militares e servidores civis da MARINHA DO BRASIL, com idade igual ou superior a 3 anos de idade, que apresentem distúrbios do desenvolvimento neuropsicomotor, ou seja, prejuízos neuromotores, mentais ou sensoriais, desde que sejam causados por transtornos congênicos, perinatais ou adquiridos na infância, cujas apresentações clínicas mais frequentes são a paralisia cerebral, a deficiência intelectual, as deficiências sensoriais (visual e auditiva) e os Transtornos do Espectro Autista (TEA).

2.2 Estes beneficiários serão assistidos pelo Núcleo de Assistência Social (NAS) da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco, conforme o preconizado e previsto na Normas sobre a Assistência Social na Marinha do Brasil, da Diretoria Geral de Pessoal da Marinha (DGPM), a DGPM-501, capítulo 08, Programa de Atendimento Especial – Pessoa com Deficiência, e de acordo com as especificações contidas no Apêndice I (Tabela de Preços por Regime de Atendimento) em regimes: ambulatorial, externato, integral e, de forma excepcional, em regime domiciliar, nas áreas de abrangência dos estados de Alagoas, Paraíba e Pernambuco.

3. DA JUSTIFICATIVA DA DEMANDA

3.1 De acordo com o disposto na DGPM-501 – Normas sobre a Assistência Social na Marinha do Brasil, o Núcleo de Assistência Social (NAS), diretamente subordinado à Escola de Aprendizes Marinheiros de Pernambuco, é o órgão executor do Programa de Atendimento Especial – Pessoa com Deficiência (PAE), nos estados de Alagoas, Paraíba e Pernambuco, cujo propósito é a inclusão social dos dependentes de militares e servidores civis com deficiência, por meio da Atenção Especializada em habilitação/reabilitação em instituições especializadas (públicas ou privadas), complementando as ações das Organizações Militares da Saúde (OMS) conforme preceitua o inciso II, do art. 20, do Decreto nº 92.512/86.

3.2 O PAE também busca promover o envolvimento dos familiares, responsáveis e/ou cuidadores no processo de inclusão social e comprometimento com o desenvolvimento possível.

3.3 Esta complementação de serviços ocorre por meio do credenciamento de Organizações Cíveis de Saúde (OCS) interessadas na prestação de serviços de Atenção Especializada em habilitação/reabilitação Física, Intelectual, Auditiva, Visual, TEA e Múltiplas Deficiências à pessoa com deficiência. O NAS busca ampliar a possibilidade de novas unidades credenciadas, tendo em vista o crescimento constante e mensal do Programa e a satisfação dos usuários do PAE.

3.4 O público-alvo são dependentes de militares e servidores civis que apresentem distúrbios do desenvolvimento neuropsicomotor, ou seja, prejuízos neuromotores, mentais ou sensoriais causados por transtorno congênitos, perinatais ou adquiridos na infância, cujas apresentações clínicas mais frequentes são a paralisia cerebral, a deficiência intelectual, as deficiências sensoriais (visual e auditiva e o Transtorno do Espectro Autista, mencionado anteriormente). Segundo dados do CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças) nos Estados Unidos, o relatório mais recente do órgão (2021) mostra que 1 a cada 36 crianças é diagnosticada com TEA (Transtorno do Espectro Autista) e a área do Comando do 3º Distrito Naval nos estados de abrangências do NAS/EAMPE, reflete o aumento no diagnóstico de crianças autistas assim como é visto mundialmente.

3.5 Dessa forma, aumenta-se, também, a possibilidade de atendimento de famílias que possuem algum ente familiar com deficiência e que necessite de tratamento disponibilizado por meio do

PAE, considerando que em 2024 o NAS/EAMPE atende um público em potencial de 10.723 usuários.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

4.1 O Credenciamento se mostra necessário, uma vez que com a maior oferta de clínicas especializadas, cuja vantagem se traduz no alcance do atendimento nas proximidades das residências dos usuários e, bem como, no custeio vinculado à demanda apresentada pela administração junto ao particular, complementando, assim, a oferta de serviços especializados de acordo com as necessidades, interesse e peculiaridades do usuário, e não apenas nos casos em que a obtenção de uma proposta mais vantajosa seja suficiente para atender ao objetivo da Administração Pública. Por essa razão, o credenciamento é realizado com base na inexigibilidade de licitação, nos termos do inciso IV do art. 74 e inciso I do art. 79, ambos da Lei nº 14.133/2021, assim como o inciso I do art. 3º do Decreto nº 11.878/2024, o qual regulamenta o procedimento auxiliar de credenciamento para a contratação de bens e serviços.

4.2 Uma particularidade do Credenciamento é permitir buscar todas as empresas que preencham as condições exigidas e aceitem a prestação do serviço, fazendo com que, quanto mais credenciadas, mais adequados serão os serviços desejados e, conseqüentemente, a satisfação dos usuários do PAE.

4.3 O Princípio Constitucional e Administrativo norteador do Credenciamento é o da Isonomia. Uma vez atestada a inviabilidade de atingir o interesse público através da individualização de uma única pessoa, em função do objeto que se persegue, quanto maior o número de prestadores de serviços, melhor serão satisfeitas as necessidades da Administração, cabendo à mesma assegurar que todos aqueles que com ela queiram estabelecer um ajuste possam fazê-lo, bastando para tanto o atendimento a alguns requisitos. Não há distinções, ou seja, qualquer contratado assumirá igual obrigação perante a Administração e receberá o mesmo valor pelos serviços devidamente prestados, nas mesmas condições das demais credenciadas.

5. DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 A prestação dos serviços pela CREDENCIADA deverá se guiar, **por analogia e dentro do que lhe couber**, pela **Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023**, a qual versa sobre a nova **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD)** no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa portaria tem como objetivo promover e proteger a saúde da pessoa com deficiência, por meio da ampliação do acesso ao cuidado integral no âmbito do SUS, em articulação com as demais políticas e ações intersetoriais, contribuindo para sua autonomia, qualidade de vida e inclusão social, bem como prevenindo diferentes agravos à saúde em todos os ciclos de vida.

5.1.1 Os artigos da PNAISPD norteadores para a prestação de serviços pela CREDENCIADA, **por analogia e visando à prestação de um serviço de qualidade em consonância com as diretrizes do referido documento são**: art. 3º, o qual define os conceitos de acessibilidade, adaptações razoáveis, ambiente facilitador à vida, capacitismo, desenho universal, funcionalidade, interprofissionalidade e prática colaborativa, interseccionalidade, modelo biopsicossocial, pessoa com deficiência e tecnologia assistiva (ver apêndice II, Terminologias do Projeto Básico); art. 4º referente aos princípios da PNAISPD; art. 5º, em especial, os seguintes itens II, III, IV e V; art. 7º referente às ações estratégicas de promoção da saúde, qualidade de vida e prevenção de agravos em todos os ciclos de vida de acordo com as necessidades das pessoas com deficiência, em especial os seguintes itens I, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, XI, XII e XIII; art. 8º, em especial os itens I ao IV e VIII; e art. 9º, item II.

5.2 **DO FLUXOGRAMA DE ENTRADA NO PAE**: As famílias elegíveis para o PAE deverão procurar diretamente o Grupo de Avaliação e Acompanhamento do Programa de Atendimento Especial – (GAAPE), do Hospital Naval de Recife (HNRe), para agendamento de avaliação inicial de seu (sua) dependente. Após a avaliação, a **Folha de Avaliação (FA)**, conforme apêndice III, será enviada ao NAS/EAMPE apresentando o (a) novo (a) usuário (a). Após a recepção da FA, o NAS verificará a dependência do usuário e os dados dos responsáveis, incluindo o vínculo com a MB, especialmente nos casos de militares temporários. Após essa conferência, o NAS agendará uma reunião com a família para apresentação do Programa, os direitos e deveres das famílias, inclusos os deveres junto às clínicas.

5.3 DOS REGIMES DE ATENDIMENTO

5.3.1 Os serviços da CREDENCIADA serão executados por meio de regimes de atendimento conforme descrição abaixo. Estes regimes, assim como a prescrição das terapias/oficinas e suas frequências semanais, serão prescritos pelo GAAPE do Hospital Naval de Recife:

5.3.1.1 **REGIME “AMBULATORIAL”**: o atendimento será ambulatorial quando limitado ao máximo de duas sessões semanais de terapias (psicologia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicomotricidade, etc.). O cômputo das sessões semanais, de todas as especialidades terapêuticas juntas, não deverá ultrapassar o total de dez sessões por mês. Tempo mínimo de atendimento por sessão: 40 (quarenta minutos);

5.3.1.2 **REGIME “EXTERNATO”**: O atendimento será externato quando as terapias ultrapassarem duas sessões semanais, sendo possível a indicação entre três a dez sessões semanais de terapias (psicologia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicomotricidade, etc.) e/ou oficinas (terapêuticas e/ou pedagógicas). O cômputo geral das sessões, de todas as especialidades terapêuticas juntas, não deverá ultrapassar o total de cinquenta sessões por mês. Tempo mínimo de atendimento por sessão: 40 (quarenta minutos);

5.3.1.3 **REGIME “INTEGRAL”**: a modalidade integral (manhã e tarde), quando excepcionalmente indicada pelo GAAPE, contemplará o atendimento com a possibilidade da realização de, no máximo, dez sessões de terapias semanais (psicologia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicomotricidade, etc.) e a complementação de oficinas (terapêuticas e/ou pedagógicas) no contraturno. Tempo mínimo de atendimento por sessão: 40 (quarenta minutos);

5.3.1.4 **REGIME ATENDIMENTO DOMICILIAR**: refere-se ao atendimento do (a) usuário (a) impossibilitado (a) temporariamente de realizar as terapias em clínicas credenciadas com a MB, por motivo de saúde. A referida condição será atestada pelo GAAPE e a modalidade indicada em conjunto com o Núcleo de Assistência Social, em caráter excepcional;

5.3.1.4.1 O atendimento em domicílio deverá ser com o mesmo padrão de eficiência e estrita observância ao Edital de Credenciamento, ao Código de Ética das respectivas categorias profissionais, sujeitando-se, ainda, às regras da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber.

5.3.1.4.2 A indicação para atender aos (às) usuários (às) do Programa no regime domiciliar será de responsabilidade da equipe técnica do GAAPE e Serviço Social do Hospital Naval de Recife **por homologação do GAAPE a laudo substanciado emitido pelo médico que acompanha o paciente** detalhando os motivos que embasem a necessidade desta modalidade de atendimento e por quanto tempo, bem como definindo os prejuízos decorrentes da continuidade do atendimento ambulatorial, por meio do apêndice III ao anexo A, deste Edital, **não cabendo à CREDENCIADA decidir e cobrar por tal tratamento. A periodicidade de reavaliação nestes casos será decidida pelo GAAPE de acordo com o recomendado tecnicamente para cada caso; e**

5.4 **SERVIÇOS COMPLEMENTARES**

5.4.1 **OFICINAS:**

5.4.2.1 **OFICINAS TERAPÊUTICAS**: destinadas para atendimento em grupo mediada por um ou mais profissionais, com objetivo específico e delineado que vise fortalecer espaços de convivência e interação social, promovendo autonomia por meio de atividades significativas com a valorização do potencial criativo, imaginativo e expressivo do (a) usuário (a);

5.4.2.2 **OFICINAS PEDAGÓGICAS**: destinadas a auxiliar o processo de ensino-aprendizagem, estimulando a autonomia, a criatividade, o pensamento crítico e a capacidade de resolver problemas;

5.4.2.3 As oficinas terapêuticas e/ou pedagógicas deverão ser apresentadas, no momento do credenciamento, conforme modelo constante nos apêndices XI e XII, deste Projeto Básico;

5.4.2.4 **O tempo mínimo de prestação de uma sessão será 40 (quarenta) minutos no mínimo** e sua precificação varia conforme o quantitativo de sessões prescritas pelo GAAPE, segundo o apêndice I - Tabela de Preços por Regime de Atendimento;

5.4.2.5 **As propostas das oficinas serão submetidas à aprovação técnica do GAAPE; e**

5.4.2.6 Todas as informações que deverão ser apresentadas ao NAS no momento do credenciamento, sobre as Oficinas, encontram-se no **Apêndice XII**.

5.5 SERVIÇO DE TELEATENDIMENTO/ TELEMONITORAMENTO: as clínicas poderão prestar seus serviços de forma remota, por meio do teleatendimento/telemonitoramento, conforme definido no apêndice VI – Diretrizes para Teleatendimento e Telemonitoramento, **à exceção dos regimes de atendimento domiciliar e complementares de oficinas.**

5.5.1 Além da observância das diretrizes elencadas no apêndice VI, a CREDENCIADA deverá cumprir as resoluções e recomendações dos órgãos normatizadores e reguladores das categorias profissionais para o teleatendimento, a fim de preservar os direitos dos usuários e o sigilo profissional. Nesse sentido, a CREDENCIADA deverá se atentar para a Resolução nº 580, de 20 de agosto de 2020, do Conselho Federal de Fonoaudiologia; Resolução nº 011/2018 e nº 04/2020 do Conselho Federal de Psicologia e Resolução nº 516, de 20 de março de 2020, do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional;

5.5.2 **O atendimento presencial deverá ser priorizado, sempre que possível,** em decorrência das especificidades do público-alvo;

5.5.3 Conforme item 8.5.2, da DGPM-501, 7ª Rev., alínea k), *“as terapias realizadas por clínicas (...) credenciados no Programa poderão ser realizadas à distância nas modalidades de teleatendimento e/ou telemonitoramento, nas áreas profissionais autorizadas por seus respectivos Conselhos Federais. Essas terapias remotas devem ser previamente indicadas pelo GAAPE e atender ao interesse da família do usuário com deficiência atendido no Programa.”*; e

5.5.4 A prescrição para este tipo de Regime é de **inteira responsabilidade do GAAPE.**

5.6 A precificação de todos os regimes e serviços complementares elencados acima constam no **apêndice I - Tabela de Preços.**

5.7 Atenção: **a instituição responsável pela prescrição das terapias/ oficinas é o GAAPE por meio da Folha de Avaliação (FA) (apêndice III), para casos novos, ou Folha de Acompanhamento (FAC) (apêndice IV) para renovação de permanência no programa, e de acordo com as legislações pertinentes.** Entretanto, a CREDENCIADA poderá, **mediante relatório técnico,** subsidiar esse órgão em casos de sugestão de alteração do protocolo de tratamento, por e-mail a ser disponibilizado pelo NAS.

5.7.1 A inclusão de especialidades extras, pela CREDENCIADA, durante o período de vigência contratual, ficará condicionada à prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE, observando-se, no que couber, as exigências de qualificação previstas no Edital de Credenciamento.

5.8 DO ENCAMINHAMENTO DOS USUÁRIOS

5.8.1 **A equipe técnica do GAAPE** prescreverá o plano terapêutico necessário para cada caso, o regime de atendimento que deverá ser prestado e o número de sessões terapêuticas por meio do preenchimento da Folha de Avaliação/Acompanhamento do Programa de Atendimento Especial (apêndices III e IV), contendo assinaturas e carimbos dos terapeutas e a assinatura do responsável legal. Além disso, a referida equipe prestará orientações aos pais/cuidadores sobre as instituições que, dentre as CREDENCIADAS no atendimento dos usuários do PAE, atendem as necessidades assistenciais específicas daquele usuário. O **NAS** encaminhará para a CREDENCIADA as referidas Folhas anexa à Folha de Apresentação do Usuário (FAU) (apêndice VIII, do anexo A, deste Edital);

5.8.2 O GAAPE reavaliará, as condições clínicas evolutivas de seus usuários;

5.8.3 **Compete às (aos) responsáveis pelos (as) usuários (as)** realizar a escolha da instituição CREDENCIADA que for mais conveniente às condições da família, conforme preconizado no inciso 8.5.5, alínea a, da DGPM-501 (7ª Revisão); e

5.8.4. Será fornecido à (ao) responsável pelo usuário a **relação das CREDENCIADAS** que poderão prestar o atendimento necessário ao mesmo de forma que ele selecione a que melhor lhe aprouver, de acordo com a prescrição do GAAPE.

5.9 DO DESLIGAMENTO E DA SUSPENSÃO DO ATENDIMENTO

5.9.1 O desligamento do usuário da CREDENCIADA dar-se-á por solicitação escrita do responsável legal, ao NAS; por indicação da equipe técnica do GAAPE; ou por decisão da equipe administrativa do PAE. Para estas situações, o NAS oficializará a decisão junto à CREDENCIADA;

5.9.1.1 Em caso de comparecimento irregular do usuário ao tratamento (frequência inferior a 75% do prescrito pelo GAAPE), o responsável poderá ser notificado pela CREDENCIANTE quanto ao risco de desligamento. Persistindo a situação, o desligamento poderá ser efetivado pelo NAS/EAMPE sendo tal fato comunicado ao responsável e ao CREDENCIADO, que não poderá realizar a cobrança dos serviços após a notificação.

5.9.2. A suspensão do atendimento dar-se-á por solicitação escrita do responsável legal, ao NAS, o qual oficializará a decisão junto à CREDENCIADA, que não poderá realizar a cobrança dos serviços após a notificação.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

6.1 A CREDENCIADA deverá atender os usuários do PAE com bom padrão de eficiência e estrita observância ao Código de Ética das respectivas categorias profissionais, sujeitando-se, ainda, às

regras de Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078/90 e da Lei nº 14.133/2021, no que couber;

6.2 A CREDENCIADA deverá observar os protocolos de segurança para mobilidade e permanência no local de atendimento, dispostos na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

6.3 Caso ocorram danos aos usuários do PAE, **decorrentes de dolo, negligência, imprudência ou imperícia de seus profissionais ou prepostos**, a CREDENCIADA estará sujeita a punições na esfera jurídica no que couber;

6.4 A CREDENCIADA colocará à disposição dos usuários do PAE somente profissionais registrados em seus respectivos órgãos de classe;

6.5 Serão prescritos pelo GAAPE apenas serviços com eficácia científica estabelecida e de acordo com as legislações pertinentes;

6.6 A CREDENCIADA manterá, enquanto durar o acordo, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital que ensejaram o credenciamento da instituição, particularmente no que se refere à atualização de documentos e às condições exigidas por ocasião da realização de visitas de fiscalização. Se, no decorrer da vigência do Termo de Contrato, comprovar-se a má qualidade na prestação dos serviços, obriga-se a CREDENCIADA a refazê-lo, sem qualquer custo adicional para o NAS;

6.7 Todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, bem como a mudança de endereço de suas instalações físicas, deverão ser comunicadas ao NAS, pela CREDENCIADA, por escrito, de forma clara e detalhada;

6.8 A execução dos serviços nos regimes “ambulatorial”, “externato”, “integral” e “atendimento domiciliar” deverão ser realizados pela CREDENCIADA **de forma contínua e ininterrupta**, de acordo com a prescrição técnica do GAAPE;

6.8.1 **A CREDENCIANTE somente remunerará os serviços efetivamente prestados**, não sendo devido pagamento no caso de interrupção imotivada **POR PARTE DA CREDENCIADA** na execução de serviços, como férias, reciclagem de profissionais ou manutenção de instalações físicas da CREDENCIADA, dentre outros;

6.9 Todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, bem como a mudança de endereço de suas instalações físicas, deverão ser comunicadas ao NAS, pela CREDENCIADA, **por escrito, de forma clara e detalhada**;

6.10 É proibido que a CREDENCIADA exija que o (a) usuário (a) apresente qualquer tipo de garantia, que não a **Folha de Apresentação do Usuário (F.A.U.)**, modelo **apenso ao Termo de Contrato (anexo B, do Edital)**;

6.11 O credenciamento celebrado a partir do presente Edital terá sua vigência de até 05 (cinco) anos de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a **vigência máxima decenal**; e

6.12 IMPORTANTE: a absorção de novos (as) usuários (as) pela CREDENCIADA somente será autorizada até **o 5º dia útil do mês, independentemente da data em que for emitida a FAU pelo NAS**;

6.13 Os critérios gerais a serem adotados pelas CREDENCIADAS são:

6.13.1 Abrangência na oferta de serviços e de profissionais habilitados ao atendimento dos diferentes tipos de deficiências, conforme detalhamento constante no apêndice V (Diretrizes para adequação em ambientes terapêuticos);

6.13.2 Possibilidade de oferecer terapias que permitam ao usuário do PAE atingir metas de habilitação para a vida, para o exercício do autocuidado ou para o exercício de atividades produtivas;

6.13.3 Possibilidade de oferecer exclusividade no atendimento de algum tipo de deficiência;

6.13.4 Instalações e materiais adequados para o atendimento proposto pela instituição, conforme apêndice V (Diretrizes para adequação em ambientes terapêuticos);

6.13.5 A instituição colocará à disposição dos usuários do PAE serviços de Atenção Especializada em Habilitação e Reabilitação nos limites de sua capacitação técnica, nos termos das diretrizes da Política Nacional de Saúde, e em consonância com as Políticas Públicas vigentes no país para as Pessoas com Deficiências, em observância dos termos estabelecidos no Edital de Credenciamento e nas Leis e Normas relacionadas no citado Edital;

6.13.6 A instituição deverá oferecer um ou mais serviços especializados de acordo com o diagnóstico clínico ou funcional do usuário do PAE, emitido pelo GAAPE do Hospital Naval de Recife (HNRe), o qual definirá a condução do tratamento a ser cumprido pela credenciada, conforme modelo apêndice III (Folha de Avaliação); e

6.13.7 Oferecer sessões de atendimento, como prescrito pelo GAAPE, com duração mínima de 40 (quarenta) minutos cada sessão.

6.14 Os critérios específicos a serem cumpridos pela CREDENCIADA, em consonância com a Política Nacional de Saúde para as Pessoas com Deficiências são os seguintes:

6.14.1 Possuir abordagem multiprofissional e interdisciplinar, quando pessoa jurídica de serviços de Atenção Especializada em Habilitação e Reabilitação, de modo a garantir tanto a sua qualidade, quanto o princípio da integralidade;

6.14.2 Promover habilidades individuais que favoreçam o desenvolvimento das potencialidades desses pacientes, estimulando, quando possível, a independência e a inclusão social desse segmento;

6.14.3 Possuir ambientes favoráveis à saúde, tais como: boa iluminação, ventilação e adaptação dos diferentes espaços, eliminando-se barreiras arquitetônicas que dificultem a efetiva integração e inclusão. No conjunto dessas facilidades estão a construção de rampas, corrimãos e adaptações de banheiros para deficientes físicos;

6.14.4 Oferecer instalações que observem os padrões legais de segurança, compreendendo, por exemplo, a colocação de telas de proteção nas janelas, corrimãos nas escadas e telas e/ou grades em piscinas, medidas estas que não excluam todas as outras que minimizem os riscos de acidentes com os usuários;

6.14.5 Adotar a premissa de que a reabilitação constitui um processo sistêmico, em que o usuário do PAE e sua família deverão ser trabalhados simultaneamente;

6.14.6 Estimular as famílias das pessoas com deficiências a adotarem práticas, estilos e hábitos de vida saudáveis, utilizando seus próprios meios, disponibilizados pela instituição, visando a prevenção de agravos de deficiências já instaladas;

6.14.7 Respeitar as especificidades de cada caso e as áreas das deficiências, dispondo de implementos tecnológicos para tratamento em reabilitação, adequados ao nível de complexidade a que se destinam; e

6.14.8 Adotar métodos ou técnicas com respaldo em referencial teórico, para intervenções especializadas.

6.15 A CREDENCIADA deverá, ainda:

6.15.1 Considerar, na oferta de serviços ao NAS, a garantia de atendimento dos diferentes graus de deficiência para os tipos de incapacidade, incluindo a atenção a pacientes com grande nível de dependência, bem como o conjunto de suas necessidades no âmbito da saúde;

6.15.2 Formar equipes interdisciplinares, compostas por profissionais tais como: fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicopedagogos, psicomotricistas, terapeutas ocupacionais, pedagogos, psicólogos, musicoterapeutas, etc., os quais deverão ser submetidos, regularmente, a cursos de atualização. A equipe de apoio deverá possuir capacitação para as atividades que a instituição utilizar;

6.15.3 Obter autorização junto aos responsáveis pelos usuários do PAE para utilização da imagem, nos casos em que for relatar experiências exitosas em reabilitação ou disseminar qualquer informação relativa à saúde da pessoa com deficiência, observando também a ética profissional das categorias em vigor;

6.15.4 Acompanhar a periodicidade da reavaliação descrita nos apêndices III e IV, do anexo A, deste Edital, informando ao usuário do PAE, **pelo menos noventa dias antes do prazo estabelecido, a necessidade de reagendamento da reavaliação junto ao GAAPE**. Na ocasião, as

CREDENCIADAS deverão entregar, em mãos, às (aos) responsáveis pelos (as) usuários (as), um relatório técnico sobre cada modalidade de atendimento para que as famílias levem em mãos ao GAAPE, no dia da reavaliação clínica. Este relatório conterá observações relativas a objetivos terapêuticos, evolução do caso, assiduidade, cooperação da família, possibilidade de reintegração social, diagnóstico ou hipótese diagnóstica, duração e frequência dos atendimentos. Constarão, também as assinaturas dos responsáveis técnicos pelas informações e os respectivos números de registro profissional nos Conselhos Regionais;

6.15.4.1 **As reavaliações são agendadas diretamente no GAAPE, por meio de contatos disponibilizados pelo mesmo e/ou pelo NAS, e é responsabilidade das famílias dos (as) usuários (as) o agendamento da reavaliação.** As CREDENCIADAS possuem o dever de assessorar e apoiar as famílias;

6.15.5 Estimular a participação ativa da família no processo terapêutico; e

6.15.6 Utilizar recursos humanos e materiais em número suficiente para a quantidade da clientela que se propõe a atender; oficinas integrativas de habilitações variadas para o processo terapêutico; e equipes de apoio constituídas por pessoal de nível médio treinado e, quando necessário, complementadas por estagiários universitários que deverão receber supervisão direta das próprias universidades e da instituição.

6.16 Fica estabelecido ainda que caberá à CREDENCIADA as seguintes obrigações:

6.16.1 Responder por acidentes ocorridos com pessoas e bens, decorrentes direta ou indiretamente de ato ou omissão de seu funcionário ou preposto a seu serviço;

6.16.2 Indenizar ou reparar todos e quaisquer acidentes decorrentes de imperícia de seu pessoal;

6.16.3 Executar os atendimentos através de pessoas legalmente qualificadas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho de suas funções;

6.16.4 Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite a legislação de segurança, higiene e medicina do trabalho, fornecendo todo o equipamento de proteção individual que se fizer necessário;

6.16.5 Manter instalações, equipamentos e mobiliários em condições de uso, respeitando as normas de segurança e higiene;

6.16.6 Montar um arquivo com a ficha histórico e prontuário de cada paciente, onde serão realizados todos os registros relativos ao seu tratamento e evolução;

6.16.7 Em caso de emergência de saúde, providenciar contato imediato com o responsável, ou pessoas designadas pelo responsável no caso de sua ausência, e remover o paciente para o hospital público mais próximo da CREDENCIADA ou hospital geral autorizado previamente pelo responsável legal e/ou representante da CREDENCIADA;

6.16.8 Comunicar à CREDENCIANTE todas as providências adotadas no caso de ocorrência de irregularidades e/ou interrupções havidas na prestação de atendimentos;

6.16.9 Preencher e restituir, num prazo máximo de trinta dias, documentos

apresentados pela CREDENCIANTE, elaborados para o acompanhamento de cada caso;

6.16.10 Permitir, a qualquer tempo, o acesso de elementos credenciados pelo NAS às suas dependências, prestando-lhes as informações solicitadas;

6.16.11 Manter atualizada, junto à CREDENCIANTE, uma relação nominal de seu pessoal técnico, bem como cópia da carteira do profissional no registro da entidade competente. **Caso haja alteração da equipe técnica, a CREDENCIANTE deverá encaminhar para o Fiscal de Contrato todas as documentações atinentes aos novos profissionais;**

6.16.12 Prestar aos usuários do PAE, tratamento idêntico e com o mesmo padrão de eficiência do dispensado aos particulares, constituindo causa para rescisão do Termo de Contrato qualquer tipo de discriminação;

6.16.13 Não exigir que o usuário assine as Fichas de Frequência em branco ou antes do serviço prestado;

6.16.14 Não aceitar documento diferente da Folha de Apresentação do Usuário (FAU), Apêndice VIII, de forma que somente deverá ser prestado atendimento aqueles usuários portadores das devidas FAU assinadas pela CREDENCIANTE;

6.16.15 Zelar pela qualidade dos serviços prestados, obrigando-se ainda a manter, durante a vigência do Termo de Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital que ensejaram o credenciamento da instituição, particularmente no que se refere à atualização de documentos e às condições exigidas por ocasião da realização de inspeções. Se, no decorrer da vigência do Termo de Contrato, comprovar-se a má qualidade na prestação dos serviços, obriga-se a CREDENCIADA a refazê-lo, sem qualquer custo adicional para a CREDENCIANTE;

6.16.16 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CREDENCIANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Termo de Contrato, devendo orientar seus empregados neste sentido;

6.16.17 Manter atualizado o endereço comercial, o e-mail e os telefones de contato;

6.16.18 Vedação expressa do pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada; ou do cometimento a terceiros (associação de servidores, por exemplo) da atribuição de proceder ao credenciamento e/ou intermediação do pagamento dos serviços prestados; e

6.16.19 Iniciar as terapias prescritas pelo GAAPE para o paciente, **no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento da FAU** (apêndice VIII, do anexo A, deste Edital).

7. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

Fica estabelecido que caberá ao CREDENCIANTE as seguintes obrigações:

7.1 Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato;

7.2 Alocar recursos necessários, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas;

7.3 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, por intermédio de representante(s) especialmente designado(s), nos termos do art. 10, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

7.4 Efetuar a conferência da Planilha de Serviços Prestados que discrimina os serviços realizados pela CREDENCIADA, a cada usuário (a), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis;

7.5 Efetuar o pagamento à CREDENCIADA em até 30 (trinta) dias a contar da Certificação da Nota Fiscal corretamente escriturada; e

7.6 A CREDENCIANTE, com o apoio técnico do GAAPE, fará o acompanhamento, o controle, a supervisão e a avaliação técnica e administrativa dos serviços de reabilitação desenvolvidos pela instituição para os usuários do PAE, visando à garantia da qualidade do atendimento e uma reabilitação integradora e global dos mesmos.

8. DO LOCAL E PRAZOS DE ENTREGA DE EDITAIS E RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

8.1 A documentação deverá ser anexada ao sistema próprio do Compras.gov.br, após cadastramento no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, previsto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.2 Os pedidos de impugnação ou informações deverão ser formalizados no sistema Compras.gov.br.

8.3 O Edital de Credenciamento, também estará disponível no sítio eletrônico da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco (EAMPE) em: www.marinha.mil.br/eampe. Eventuais dúvidas poderão ser sanadas por meio do seguinte correio eletrônico: eampe.credenciamento@marinha.mil.br. e telefones (81) 3412-7629.

8.4 Todo e qualquer documento que não seja o original, deverá estar adequadamente autenticado.

9. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1. Serão credenciadas dentre aqueles que preencherem os requisitos dispostos no Edital, tantas Organizações Cíveis de Saúde (OCS) quantos forem necessárias ao atendimento da demanda apresentada pelo PAE.

9.2. A simples apresentação do envelope com a documentação submete o interessado às condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

9.3. O NAS, desta Escola, não se responsabiliza por documentação enviada via postal ou

entregue em outros setores que não o especificado no item 8.

9.4. Serão inabilitados os interessados que apresentarem documentos incompletos, ilegíveis, com emendas, rasuras ou qualquer irregularidade, bem como aqueles que não atenderem às exigências deste Edital.

9.5. Os interessados poderão solicitar credenciamento, a qualquer tempo, desde que cumpridos todos os requisitos e que esteja vigente o presente Edital de Credenciamento.

9.6. Para se habilitar à contratação, a pessoa jurídica interessada deverá apresentar “Carta Proposta”, assinada pelo (a) preposto da instituição e conforme modelo do anexo B, do Edital acompanhada dos documentos necessários, atendendo às seguintes exigências:

9.6.1. ser datilografada ou impressa em papel timbrado da empresa, ou que a identifique, sem emendas, rasuras ou entrelinhas;

9.6.2. declarar que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

9.6.3. apresentação da equipe técnica: relação do corpo clínico, constando o número de registro do profissional no conselho de classe regional respectivo;

9.6.4. conter apresentação da equipamentos técnicos;

9.6.5. ser datada e assinada pelo representante legal;

9.6.6. conter declaração de não possuir em seus quadros profissionais menores de 18 anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, ou ainda realizar quaisquer trabalhos executados por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, acima de 14 anos, na forma do art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei nº 9.854/1999;

9.6.7. declaração que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação para o credenciamento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; e

9.6.8. indicar o nome do Banco, número da Agência e Conta-Corrente onde deverão ser creditados os pagamentos; e

9.6.9. Declaração do Responsável Técnico.

9.7 A CREDENCIADA dentro de suas especificidades deverá apresentar ao NAS sua proposta de trabalho, que deverá conter:

9.7.1. Oferta de serviços tão diversos quão variados sejam as necessidades específicas dos transtornos motores, deficiências sensoriais, distúrbios comportamentais, deficiências mentais, atrasos globais ou múltiplas deficiências assistidas pela instituição, juntamente com a oferta dos serviços específicos de cada caso;

9.7.2. Regimes de atendimento: ambulatorial; externato; integral; atendimento domiciliar; oficinas terapêuticas e oficinas pedagógicas. Estes últimos, somente nos casos especificados no presente Projeto Básico;

9.7.3. Relação de profissionais, por especialidade, capacitados ao atendimento dos tipos de deficiências que a instituição atende;

9.7.4. Detalhamento dos níveis de gravidade das deficiências que atende (casos leves, moderados e/ou graves); e

9.7.5. Modelo de prontuário adotado, de acordo com o preconizado nos respectivos conselhos das categorias.

9.8 A “Carta Proposta” terá validade de 60 dias (sessenta), contados da data da entrega, o qual admitirá prorrogação; e

9.9. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9.10. Não poderão participar deste credenciamento:

9.10.1. Organizações Cíveis de Saúde (OCS) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

9.10.2. Organizações Cíveis de Saúde (OCS) em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

9.10.3. Organizações Cíveis de Saúde (OCS) em dissolução ou em liquidação;

9.10.4. Organizações Cíveis de Saúde (OCS) que possuam restrições quanto às suas capacidades técnicas ou operacionais, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal, inclusive sob investigação do Ministério Público quanto à sua idoneidade nos procedimentos utilizados na prestação dos serviços objeto do presente credenciamento.

9.10.5. Organizações Cíveis de Saúde (OCS) de que sejam proprietários, controladores ou diretores, Deputados ou Senadores (art. 54, II, da Constituição);

9.10.6. Organizações Cíveis de Saúde (OCS) proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa); e

9.10.7. Quaisquer interessados que se enquadrarem nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

10. DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO/CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO

10.1. Para habilitar-se ao credenciamento, os interessados deverão requerê-lo, conforme o caso, mediante **“Carta Proposta” (anexo C, do Edital)**, declarando conhecer os termos do Edital, das Normas e atos que disciplinam o assunto, acompanhado dos documentos listados nos itens 10.3 (Habilitação Jurídica), 10.4 (Regularidade Fiscal e Trabalhista), e 10.6 (Qualificação Econômico-

Financeira), em cópias reprográficas devidamente autenticadas, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ambiguidades conforme solicitado neste Edital.

10.2. Os candidatos interessados cadastrados no **Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF** poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação constantes nos subitens 10.3, 10.4 e 10.6 deste Credenciamento, assegurado aos demais candidatos o direito de acesso aos dados nele constantes.

10.2.1. Poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o candidato estiver com alguma documentação vencida junto ao SICAF; e

10.2.2. Caso a Comissão Especial de Credenciamento e Descredenciamento não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o interessado será convocado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

Todos os proponentes deverão estar cadastrados no SICAF - Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores e prezar para que o cadastro seja o mais completo possível. Quando referidos documentos estiverem AUSENTES do SICAF, ou seja, NÃO ESTEJAM INSERIDOS NO SICAF, NÃO ESTEJAM ATUALIZADOS NO SICAF ou NÃO SEJAM UMA EXIGÊNCIA DO SICAF, deverão apresentar as documentações referentes aos itens 10.3 (Habilitação Jurídica), 10.4 (Regularidade Fiscal e Trabalhista), e 10.6 (Qualificação Econômico-Financeira).

10.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Atenção: apresentar toda a documentação requerida em cópias reprográficas devidamente autenticadas, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ambiguidades. As documentações deverão ser apresentadas com uma capa com o título “HABILITAÇÃO JURÍDICA”.

- I) Cédula de identidade ou outro documento equivalente do(s) representante(s) legal(is), ;
- II) Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual;
- III) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com sua última alteração, devidamente registrado e, no caso de sociedades empresárias, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, se for o caso, procurações que outorguem poderes para terceiros;
- IV) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- V) Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- VI) Decreto de autorização, no caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

VII) Declaração designando responsável técnico emitida pelo dirigente da instituição legalmente constituído;

VIII) Procuração com firma reconhecida em cartório para designação de preposto autorizado para assinar/representar a instituição solicitante do credenciamento, se for o caso;

IX) Alvará de Localização e Funcionamento válido; e

X) Alvará de Vigilância Sanitária válido. O credenciamento da OCS poderá observar as seguintes situações quanto ao alvará de autorização sanitária:

- a) Situação: Alvará de autorização sanitária vencido: Documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (prazo estabelecido na legislação municipal específica, ou, em caso de omissão na legislação do Município, 120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.
- b) Situação: requerimento de renovação a destempo (para além dos 120 dias): Documento a ser apresentado: alvará de autorização sanitária válido ou requerimento a destempo, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.
- c) Situação: requerimento superveniente a instituição da empresa: Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.
- d) Situação: funcionamento decorrente de decreto judicial: Documento a ser apresentado: decreto judicial válido.

10.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

Atenção: apresentar toda a documentação requerida em cópias reprográficas devidamente **autenticadas**, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ambiguidades. As documentações deverão ser apresentadas com uma capa com o título “REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA”.

I) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários

federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02 de outubro de 2014 e alteração);

III) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

IV) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 2011; e

10.4.1 Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal da matriz e da filial.

10.4.2 Em caso de **cooperativas**, conforme o item 10.5, letra 'b', do Anexo VII-A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017:

10.4.2.1 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados; e

10.4.2.2 As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas **dos últimos 180 (cento e oitenta)** dias contados da data da abertura da sessão pública.

10.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Atenção: apresentar toda a documentação requerida em cópias reprográficas devidamente **autenticadas**, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ambiguidades. As documentações deverão ser apresentadas com uma capa com o título “QUALIFICAÇÃO TÉCNICA”.

I) Certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto do credenciamento, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, de 3 (três) anos;

II) Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo (obrigatória para médicos (art. 17 da Lei 3.268, de 30/09/1957), odontólogos (art. 13 da Lei 4.324, de 14/04/1964), psicólogos (arts. 10º e 11 da Lei 5.766, de 20/12/1971), fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais (art. 12 da Lei 6.316, 17/12/1975) e fonoaudiólogos (art. 3º da Lei 6.965, 9/12/1981);

III) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Edital, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto;

IV) Relação de todos os serviços e de todos os regimes de atendimento para o qual a instituição deseja se credenciar conforme tabela constante no Anexo C, do Edital;

V) Inscrição no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde);

VI) Documentação do **responsável técnico** da OCS:

- a) RG e CPF;
- b) Diploma da Especialidade e Registro no Conselho de Classe; e
- c) Curriculum Vitae.

VII) Relação de membros do **corpo clínico** datada e assinada pelo responsável técnico contendo os seguintes dados:

- a) Nome completo;
- b) Especialidade clínica;
- c) Número no registro de classe;
- d) Emissão de Certidão de Regularidade dos respectivos conselhos profissionais de todos os profissionais técnicos cujas profissões já possuem tal regulamentação; e
- e) Para os casos onde não houver ainda conselho específico, pede-se a comprovação dos registros conforme tabela abaixo:

MUSICOTERAPEUTA	CBO: 2263-05 (A Musicoterapia é uma carreira de nível superior - graduação e pós-graduação, e é reconhecida pelo Conselho Federal de Educação desde 1978 através do parecer 829/78)
PSICOPEDAGOGIA	https://www.abpp.com.br/associadosabppnacional/ Ou registro na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): 2394-25
PSICOMOTRICIDADE	CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): 2239-15 Ou registro em conselhos profissionais de saúde e educação.
EQUOTERAPIA	CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): 2263-15 Ou registro em conselhos profissionais de saúde.

VIII) Para os casos que não se enquadrarem acima, a instituição deverá apresentar:

- a) Diploma de formação superior do profissional; e
- b) Diploma referente à Especialidade cursada.

10.6 **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

Atenção: apresentar toda a documentação requerida em cópias reprográficas devidamente **autenticadas**, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ambiguidades. As documentações deverão ser apresentadas com uma capa com o título “QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA”.

I) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

II) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

III) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos; e
- d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

IV) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

V) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.7. Os documentos solicitados nos itens acima deverão ter **data de validade até, pelo menos, 60 dias** a contar da data de protocolo dos envelopes.

10.8. **As cópias reprográficas dos comprovantes supracitados, que estiverem autenticadas e sem rasuras**, comporão os autos do processo de credenciamento, sendo acostadas à via do

futuro Termo de Contrato, constante do anexo B deste Edital, de cada interessado, mantidos em arquivo no Núcleo de Assistência Social (NAS) da EAMPE.

10.9. O julgamento das solicitações de credenciamento dos interessados far-se-á, primeiramente, pela análise de toda a documentação apresentada à Comissão Especial de Credenciamento e Descredenciamento do **NAS**. Caso não haja óbices nas documentações apresentadas, será agendada uma visita às instalações das instituições e posterior emissão de parecer favorável ou desfavorável ao credenciamento emitido pelo GAAPE do Hospital Naval de Recife, da Marinha do Brasil, aprovando a capacidade técnica do interessado.

11. DO PREÇO, DOS RECURSOS FINANCEIROS E DO REAJUSTE

11.1. Os recursos para amparar as despesas decorrentes dos serviços realizados, com base nos credenciamentos oriundos deste processo, correrão a conta de recursos específicos, consignados na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 783602;
Fonte de Recursos: 1005000144;
Programa de Trabalho: 216821;
Elemento de Despesa: 339039;
Plano Interno: B.40301102F1; e
Plano de Trabalho: 216821.

11.2. Os Preços, nos Termos de Credenciamento decorrentes deste Edital, serão praticados de acordo com os valores estabelecidos pela tabela constante do apêndice I, cujo o montante deverá variar de acordo com o número de atendimentos realizados pelas clínicas credenciadas e o regime de atendimento adotado para cada usuário (a).

11.3 Os valores previstos no Edital e em seus anexos (Apêndice I ao Anexo A) poderão ser atualizados desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano da publicação deste Edital ou do mesmo período em relação ao último reajuste da referida tabela, **tendo como parâmetro pesquisa de preços, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME 65/2021.**

11.4 A atualização dos valores contratados poderá refletir diminuição dos anteriormente fixados.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. A título de conferência e verificação, a CREDENCIADA enviará mensalmente para o NAS, aos cuidados do respectivo Fiscal de Contrato responsável pela sua instituição:

I) Uma **Planilha de Serviços Prestados**, conforme apêndice VII, a qual deverá discriminar os serviços prestados a cada paciente, assinada pelo (a) representante legal da instituição;

II) Uma **Folha de Apresentação do Usuário (FAU)**, conforme apêndice VIII, e somente no momento do ingresso ou por ocasião de mudança de regimes de atendimento. Neste documento, a instituição informará a data de início do tratamento do (a) usuário (a) e conterá a assinatura do (a) representante legal da instituição.

III) **Ficha de Frequência dos Usuários**, conforme apêndices IX a X, contendo:

a) A assinatura e/ou rubrica da pessoa responsável pelo (a) usuário (a) e/ou da pessoa autorizada no **Cartão de Assinatura da Família do (a) usuário (a)**, conforme **apêndice XIV**;

b) Assinatura e carimbo do responsável técnico da clínica;

c) Nome do profissional que efetuou o atendimento com seu respectivo carimbo profissional contendo o número de registro no respectivo conselho da profissão e assinatura.

d) A CREDENCIADA deverá apresentar as Fichas de Frequência corretamente preenchidas e de acordo com os serviços prestados, conforme apêndices IX, X, XI e XI.

12.2. Os documentos referidos no subitem anterior deverão ser enviados ao NAS, aos cuidados do Fiscal de Contrato designado e previamente informado à CREDENCIADA, **até o 5º dia útil após a prestação mensal dos respectivos serviços**.

12.3. O Fiscal de Contrato do NAS terá **15 (quinze) dias úteis** para efetuar a conferência das documentações enviadas. Caso não haja óbices, o mesmo solicitará a Nota Fiscal à CREDENCIADA. Observação: em casos de óbices encontrados a apresentação de comprovação dos serviços prestados, o prazo do Fiscal para conferência será renovado automaticamente.

12.4. Após o recebimento da Nota Fiscal (NF), o Fiscal de Contrato atestará a efetivação da prestação dos serviços no verso da NF e encaminhará a mesma à Seção de Execução Financeira da EAMPE para pagamento.

12.4.1. O NAS pagará as despesas em, **no máximo, 30 (trinta) dias após a data da apresentação do documento de cobrança**, quando não houver erros ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa.

12.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.6. Em caso de não conformidade da Planilha que discrimina os serviços ou Nota Fiscal/Fatura, o Fiscal devolverá à CREDENCIADA para as devidas correções.

12.7. Toda e qualquer discordância, quanto aos documentos apresentados, serão tratadas oficialmente por escrito, de forma discriminada e justificada, entre as partes.

12.8. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação pela CREDENCIADA que mantém as condições demonstradas para a sua habilitação na contratação, por meio de consulta direta “online” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – (SICAF) ou mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, do Certificado de Regularidade junto ao FGTS e da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União junto à Receita Federal e comprovante de regularidade fiscal perante a justiça do trabalho mediante a apresentação de certidão negativa nos termos do título VII-A, da CLT (CNDT).

12.9. Além da consulta ao SICAF, por força do art. 6º, da Lei nº 10.522/2002 será efetuada consulta ao Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

12.10. Considerando a forma peculiar de pagamento adotado pela Administração Pública, com a utilização da ordem bancária, com depósito na conta-corrente da CREDENCIADA, é defeso à CREDENCIADA a emissão de duplicatas em função do Termo de Contrato a ser celebrado. A emissão desse título de crédito, sem prejuízo das providências judiciais cabíveis, por caracterizar ilícito grave, equiparável à emissão de duplicatas simuladas, demandará o sancionamento da CREDENCIADA com uma das penas prescritas na Lei nº 14.133/2021.

12.11. É vedado o pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada, ou do cometimento a terceiros da atribuição de proceder ao credenciamento e/ou intermediação do pagamento dos serviços prestados, sob pena de rescisão do Termo de Contrato, na observância da Lei nº 14.133/2021.

12.12. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração Pública Federal, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

12.12.1. A CREDENCIANTE somente remunerará os serviços efetivamente prestados, conforme precificação constante no apêndice I.

12.13. A interrupção do tratamento por iniciativa da CREDENCIADA, sem motivo oficialmente justificado, será considerada descumprimento contratual, ensejando as sanções administrativas previstas no Termo de Contrato.

13. DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será exercida por representante(s) designado(s), nomeado(s) por meio de portaria, no interesse exclusivo da EAMPE. Contudo, a CREDENCIADA responderá por eventual irregularidade ou acidente que ocorra na prestação do serviço, não implicando em qualquer responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo se apurado e comprovado que a irregularidade tenha decorrido de ação ou omissão funcional.

13.1. A fiscalização, por meio dos seus representantes, terão plenos poderes para:

13.1.1. Exigir da CREDENCIADA a retirada imediata de qualquer dos prepostos deste que embarquem a sua ação fiscalizadora ou que não sejam considerados pelo **NAS** capazes para o fim desejado, independentemente de justificativas; e

13.1.2. Dentro da sua análise técnica, sustar qualquer atendimento que não esteja sendo executado de acordo com o especificado neste Projeto Básico, com o apoio técnico da equipe do GAAPE para assuntos específicos atinentes às terapias e ao formato de execução por parte da CREDENCIADA.

13.2. A fiscalização será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo o Fiscal de Contrato fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, bem como atestar os serviços prestados lançados na Nota Fiscal.

13.3. A fiscalização poderá ser exercida no local onde estiver sendo executado o atendimento, pelo representante designado pelo NAS que poderá, a seu critério, ser assessorado por profissionais ou entidades especializadas na execução da ação fiscalizadora. Para a consecução desta ação, serão observados os critérios estabelecidos de habilitação/fiscalização, constantes deste Edital.

13.4. Somente serão pagos os serviços já realizados, aprovados e certificados pelo fiscal.

13.5. No caso da CREDENCIADA deverá indicar, na **Carta Proposta**, o nome completo, função, número da carteira de identidade, CPF, endereço residencial e telefone do PREPOSTO, que responderá e atenderá a todas as demandas inerentes às atividades descritas no Termo de

Contrato e no Projeto Básico, realizando todos os atos necessários ao seu cumprimento; e atender a todos os pedidos de esclarecimentos, num prazo máximo de dez dias, que se fizerem necessários à fiscalização administrativa e técnica do Termo de Contrato.

14. DAS SANÇÕES PELO INADIMPLEMENTO E DA RESCISÃO

14.1 As sanções aplicáveis restam previstas na Seção 12 – “DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES” e Seção 13 - “DA RESCISÃO” - do Edital de Credenciamento nº 01/2024.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133/21, nos princípios de Direito Público e, subsidiariamente, com base em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

15.2. Fica proibido a CREDENCIADA cobrar do usuário qualquer tipo de taxa, serviço ou depósitos antecipados.

15.3. A equipe técnica do GAAPE do HNRe e administrativa do NAS/EAMPE realizarão visitas periódicas ao **CREDENCIADO** e será decidido pelo NAS mediante parecer técnico do GAAPE, a permanência do credenciamento em função da mesma contrariar ou preservar as especificações técnicas preconizadas neste Projeto Básico.

15.4. As minutas dos Termo de Contrato serão ajustadas às peculiaridades de cada CREDENCIANTE, de forma a evidenciar o tipo de cobertura dos serviços como: tabela de valores, abrangência das deficiências e proposta de serviços a serem prestados.

16. DOS APÊNDICES

- I) Tabela de Preços por Regime de Atendimento;
- II) Terminologias utilizadas no Projeto Básico;
- III) Folha de Avaliação do Programa de Atendimento Especial – Pessoa com Deficiência (PAE);
- IV) Folha de Acompanhamento do PAE;
- V) Diretrizes para adequações em ambientes terapêuticos;
- VI) Diretrizes para o Teleatendimento e Telemonitoramento;
- VII) Planilha de Serviços Prestados (mês/ano);
- VIII) Folha de Apresentação do (a) Usuário (a) (F.A.U.);
- IX) Ficha de Frequência do (a) usuário (a) para terapias prescritas – atendimento presencial;
- X) Ficha de Frequência do (a) usuário (a) para terapias prescritas – teleatendimento;

- XI) Ficha de Frequência do (a) Usuário (a) para Oficinas;
- XII) Modelo de apresentação das Oficinas para credenciamento;
- XIII) Cartão de assinatura da família do (a) usuário (a);

Olinda, na data da assinatura digital.

Elaborado por:

IANDRA RAMOS DE SOUZA
Primeiro-Tenente (RM2-T)
Encarregado do Núcleo de Assistência Social

Aprovado por:

Olinda, PE na data da assinatura digital.

DANIEL DE ANDRADE FERREIRA
Capitão de Fragata
Comandante